

Sumário

Apresentação	3
A heterogeneidade dos estudos da linguagem e o ensino de língua materna (Do que falam os lingüistas?) The heterogeneity of the studies of language and the teaching of mother tongue (What do the linguists talk about?) <i>Valdir do Nascimento Flores</i>	7
Ensinar x não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? To teach or not to teach grammar: is this question still pertinent? <i>Carlos Alberto Faraco</i>	15
Concursos Públicos como agentes do normativismo e de uma política lingüística no Brasil Civil Service Examinations as language policy and normative agency in Brazil <i>Eveli Seganfredo</i>	27
O ensino da língua materna: uma perspectiva sociolingüística Teaching the mother-tongue: a sociolinguistic perspective <i>Gregory R. Guy e Ana Maria S. Zilles</i>	39
Ensino e aprendizagem da gramática do português escrito: algumas reflexões a partir da aquisição da língua falada Thinking about spoken and written language acquisition: the case of variation in Brazilian Portuguese <i>Luciene Juliano Simões</i>	51
Letramento: muito além do jardim ou uma alfabetização sem limites ou datas marcadas Literacy in and beyond the school? <i>Ana Maria de Mattos Guimarães</i>	60
A organização da fala-em-interação na sala de aula: controle social, reprodução de conhecimento, construção conjunta de conhecimento The organization of classroom talk-in-interaction: social control, reproduction, co-construction <i>Pedro M. Garcez</i>	66



Apresentação

O Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos tem, entre suas três linhas de pesquisa, a que se denomina Aquisição, Ensino e Aprendizagem de Línguas. Este número da revista *Calidoscópio* é dedicado a esta linha e traz um conjunto de sete artigos voltados para questões do ensino da língua materna na escola. São trabalhos de diferentes correntes teóricas que, por isso mesmo, nos ajudam a compor o quadro heterogêneo e complexo das contribuições da Linguística para o ensino da língua.

O conjunto de artigos agora publicado faz parte de um projeto mais amplo, coordenado pelo Professor Paulo Coimbra Guedes (UFRGS)¹, com a finalidade de organizar e publicar um livro-mosaico, em que as peças se articulem para redesenhar nossas perguntas e, particularmente, nossas respostas sobre as relações entre a produção teórica e a aplicação prática em sala de aula, bem como sobre a reflexão teórica que se possa produzir a partir da experiência de sala de aula. Antes que tal projeto, de grande monta, chegue a termo, pareceu-nos oportuno apresentar à comunidade acadêmica, neste volume de nossa revista, uma seleção de trabalhos produzidos neste contexto.

Com a intenção de contemplar os interesses de nossos leitores mais amplamente, oferecendo subsídios tanto para a pós-graduação quanto para a educação continuada e, por que não, para a graduação, reunimos tanto trabalhos que adotam uma perspectiva *macro* até os que adotam uma perspectiva *micro* no tratamento das questões relacionadas com a linguagem na sala de aula, seja direta, seja indiretamente.

Nosso objetivo também foi o de oferecer um conjunto de trabalhos que se reportasse a diferentes áreas de investigação, entre elas, as seguintes: Linguística Teórica, Linguística Histórica, Sociolinguística Laboviana, Sociolinguística Interacional, Psicolinguística e Política Linguística. E como não podia deixar de ser, várias vertentes teóricas são convocadas nas reflexões e discussões propostas: Estruturalismo,

Funcionalismo, Gramática Gerativa, Linguística do Texto, Teoria da Enunciação, Microanálise da Conversa...

Antes de dedicar a atenção a cada um dos textos para apresentá-los ao leitor, julgamos importante destacar o fato de que a leitura deste material revela intrincadas articulações entre eles, nem sempre claras a olho nu e, interessantemente, não propositais. Os textos aqui reunidos foram produzidos independentemente, e as eventuais ligações que os autores fazem entre eles são posteriores a sua composição inicial e resultam de uma prática altamente desejável, mas que nem sempre transparece nas publicações, a saber, a revisão de pares e a cooperação em busca de um coletivo que nos faça de fato avançar no conhecimento e na crítica e, com isso, fazer diferença.

No que segue, algumas dessas articulações entre os textos são sugeridas, na certeza de que o leitor será capaz de estabelecer muitas outras, inclusive para além deste volume, como deve mesmo ser com toda e qualquer obra escrita, cuja vida está nas leituras que dela se faz e nas redes que se constituem com e a partir dela.

Dito isso, passemos então a uma primeira mirada sobre cada um dos artigos.

Possivelmente todos os que se interessam pelo ensino de língua(s) concordariam que há um discurso de consenso sobre a necessidade de embasar este ensino nas contribuições da Linguística. Menos visível, porém, é a diversidade de teorias que constituem a chamada “Linguística” e, logo, a dificuldade de concretizar esse embasamento, sobre o qual não há, de fato, consenso. Tal multiplicidade de abordagens faz com que muitos prefiram falar do campo dos *estudos da linguagem*, a fim de abarcar a heterogeneidade de visões sobre este objeto também heterogêneo e múltiplo que é a linguagem. O primeiro artigo deste número de *Calidoscópio* trata destas questões. De autoria do Professor Valdir do Nascimento Flores, o texto intitula-se *A heterogeneidade dos estudos da linguagem e o ensino de língua materna (Do que falam os lingüistas?)*. Refletindo sobre

¹ A Prefeitura Municipal de Porto Alegre publicou o que pode ser considerado o primeiro passo deste projeto. Trata-se de uma coletânea de textos, cuja referência é a seguinte: GUEDES, Paulo Coimbra. (org.). 1999. *Ensino de Português e Cidadania*. Porto Alegre, PMPA/SMED. Trata-se de obra com tiragem limitada, que foi distribuída aos professores e não foi comercializada.

esta heterogeneidade do objeto e das teorias, o autor defende a posição de que nenhuma das teorias existentes é capaz de dar conta sozinha da realidade lingüística, de modo que, no ensino, o professor *precisa de mais de um quadro teórico para compreender globalmente essa realidade*. Além disso, ele também discute a condenação *a priori* e desinformada da gramática tradicional, normativa, como se ela fosse a causa de todos os males. Ao fazê-lo, defende, para lingüistas e professores, a adoção de uma atitude crítica responsável e fundamentada. Além disso, sua reflexão mostra, mais uma vez, que fazer Lingüística Aplicada não é, simplesmente, adotar o ponto de vista de alguma teoria lingüística e dela derivar soluções para o ensino da língua.

Os múltiplos olhares sobre a questão do ensino da língua e as diferentes perspectivas teóricas apresentadas neste número da *Calidoscópio* remetem à heterogeneidade posta em destaque neste primeiro artigo.

Já noutra direção, de esclarecer o processo histórico de constituição da norma e da prescrição gramatical, o segundo artigo, do Professor Carlos Alberto Faraco, oferece uma contribuição importante para este debate. Em *Ensinar x não ensinar gramática: ainda cabe essa questão?*, o autor defende a posição de que o ensino da gramática não deve se sobrepor às necessidades socioculturais dos alunos no campo da leitura e da escrita. Faraco revisita a tradição greco-romana (a retórica, a filosofia e a lógica) e esclarece como a tradição normativa do estudo da língua surge da percepção da diversidade lingüística e da mudança: na famosa biblioteca de Alexandria, os estudos dos textos consagrados visavam à preservação dos modelos como normas. Esta é a base das gramáticas a partir de então. Os desenvolvimentos subsequentes, do período da Idade Média, também são abordados no artigo, tanto em relação ao ensino de Latim, quanto em relação à possibilidade de escrever nas línguas vernáculas européias, o que levou à produção de gramáticas e dicionários dessas/nessas línguas, bem como à fixação (mais tardia) da ortografia. Até aí, pensará o leitor mais informado, nenhuma novidade. Esta, a novidade, está na postura crítica com que a história da gramática é tratada: como sócio-história. E está na conversão da pergunta inicial em outra: *como nos livrar do normativismo e da gramatiquice para podermos oferecer aos nossos alunos condições para eles se familiarizarem com aquelas práticas sociais de linguagem, orais e/ou escritas, relevantes para sua efetiva inserção sociocultural?* No entanto, o ensino da gramática – entendido como reflexão sobre a língua, sobre o uso da língua – tem e terá sempre um papel na escola, mormente quando puder ampliar a visão do funcionamento sócio-histórico da diversidade lingüística. Para isso, uma questão-chave é, sem dúvida, a concepção de língua padrão e o modo como nos relacionamos com este padrão.

De certa forma em contraste com o artigo de Faraco, que propõe uma ampla visão sócio-histórica da questão da norma, o terceiro artigo deste volume, de autoria da Professora Eveli Segnanfredo, discute a imposição da norma, especificamente no Brasil, como política lingüística. O

título, *Concursos Públicos como agentes do normativismo e de uma política lingüística no Brasil*, permite antever o caminho seguido pela autora, caminho que tem como ponto de partida o tradicional ciclo vicioso: os concursos públicos justificam o ensino e vice-versa.

O tema *política lingüística* vem ganhando força no Brasil desde a década de 1990, com diversas pesquisas e publicações. São evidentes, na história do país, episódios de violência contra os direitos dos cidadãos (o caso da proibição das línguas de imigração na época do Estado Novo talvez seja o mais visível entre nós, mas não se pode esquecer o lingüicídio que resultou no dramático desaparecimento de inúmeras línguas e culturas pré-colombianas no Brasil, batizadas como indígenas). Menos óbvia é a política lingüística *difusa* que é analisada pela autora: a dos concursos públicos, seus conteúdos e tipos de questões. A escolha de examinar especificamente o tratamento dado à concordância neste tipo de exame não é gratuita: a concordância aparece, com muita frequência, como o mais lembrado e estigmatizado “defeito” de nosso modo brasileiro de falar português. Emerge, nessa discussão, a questão do preconceito lingüístico e da arbitrariedade do padrão imposto. Sobre este, a propósito, a autora propõe uma discussão de grande importância: a necessidade de distinguir *norma culta* de *norma padrão*, distinção sobre a qual os leitores são convidados a refletir. Claro está que a própria designação de *culta* já merece crítica, por valorizar apenas uma certa cultura (a da erudição), mas mesmo assim o jogo entre o real e o imaginário implicado na distinção precisa ser objeto de nossa atenção se queremos oferecer um ensino de qualidade e ter uma política lingüística de acordo com nossas necessidades socioculturais.

Adotando a perspectiva da sociolingüística laboviana, o Professor Gregory R. Guy e a Professora Ana Maria S. Zilles são os autores do artigo *O ensino da língua materna: uma perspectiva sociolingüística*. A questão do ensino da norma padrão é, mais uma vez, tratada, desta feita em explícita contraposição com as demais variedades que circulam na sociedade e na sala de aula. Partindo da premissa de que *a criança, em qualquer ponto do mundo, adquire a língua falada na família e na comunidade em que é criada*, os autores destacam sua capacidade de produzir *as estruturas, palavras e pronúncias que encontra no uso dos familiares, das pessoas com quem convive ou que fazem parte do contexto cultural mais amplo*. Com base nisso, retomam a distinção frequente em Psicolingüística e Lingüística Aplicada (particularmente a que trata do ensino de línguas estrangeiras) entre **adquirir** a língua da comunidade e **aprender** a língua da escola, em particular, a escrita (a esse respeito, ver a discussão feita, neste mesmo volume, por Simões). Sob a perspectiva de Guy e Zilles, é fundamental que, no aprendizado escolar, a diversidade lingüística seja trabalhada abertamente para que a escola possa ensinar a língua padrão sem estigmatizar como errada a língua que os alunos aprenderam a falar em suas comunidades. O padrão, que também está sujeito à variação, ao jogo de poder e prestígio nas sociedades e muda com o tempo, não deve ser

ensinado na escola como a única variedade correta da língua, estigmatizando todas as demais variedades como erradas. Esta postura, além de refletir uma visão reducionista da realidade social, é muito contraproducente, particularmente se associada ao autoritarismo excludente que silencia e afasta os alunos da escola (a esse respeito, ver a interessante análise interacional de Garcez neste mesmo volume).

A pesquisa sobre aquisição da linguagem tem demonstrado, entre outras coisas, que a criança vai progressivamente adaptando *sua fala às características gramaticais da fala que a cerca*. E como a língua da comunidade, no Brasil, diverge em grande escala da língua da escola, particularmente da escrita, a escola não pode simplesmente pressupor que os alunos já saibam o que cabe a ela ensinar. No artigo da Professora Luciene Juliano Simões, intitulado *Ensino e aprendizagem da gramática do português escrito: algumas reflexões a partir da aquisição da língua falada*, estas relações e contrastes são discutidos. Para tanto, a autora se debruça sobre o fato de a escola privilegiar o emprego de *sujeitos ocultos* na escrita, desconhecendo que a fala brasileira contemporânea usa cada vez mais o pronome explícito. Para esclarecer esse distanciamento, a autora compara dados de aquisição de português como língua materna no Brasil e em Portugal, onde, atestadamente, os sujeitos expressos por elipses são em número muito maior. A pesquisa relatada neste artigo mostra que o uso de sujeitos pronominais ou elípticos pelas crianças vai se conformando ao uso encontrado na fala dos adultos de sua família, da escola de educação infantil e de outros contextos, mas que, para dominar a língua escrita exigida na escola, a criança vai precisar aprender um outro dialeto, uma outra gramática (ver também, a esse respeito, o artigo de Guy e Zilles neste mesmo volume).

Focalizando o desenvolvimento da linguagem sob outra perspectiva, que leva em conta o referencial teórico sobre leitura e letramento, o sexto artigo deste número de *Calidoscópio* denomina-se *Letramento: muito além do jardim ou uma alfabetização sem limites ou datas marcadas*. De autoria da Professora Ana Maria de Mattos Guimarães, o artigo parte da distinção entre ser letrado, ou seja, participar ativamente das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, e ser alfabetizado, ou seja, ter aprendido as técnicas de decodificação da escrita. Se para a escola, a aprendizagem da leitura e da escrita é vista como processo linear de complexidade crescente, a pesquisa desenvolvida pela autora mostra que aprendizagem da língua escrita *envolve idas e vindas, reorganizações, reestruturações, com o sujeito em interação e inter-relação com o outro, o mundo e a própria linguagem*. A complexidade desse processo é mostrada pela autora ao aproximar aprendizagem da escrita e aquisição da narrativa autônoma; para tanto, analisa o desenvolvimento de duas crianças, acompanhadas longitudinalmente dos cinco aos nove anos. As articulações deste trabalho com o artigo de Luciene Simões e o de Gregory Guy e Ana Maria Zilles são evidentes: tratam de diferentes faces do processo de aquisição da linguagem, destacando seu caráter sócio-interacional.

De qualquer modo, como em nosso país o letramento familiar continua sendo um privilégio de poucos, muitas vezes é na sala de aula que a criança começa efetivamente a participar do mundo letrado. No entanto, nem sempre as práticas de sala de aula são favoráveis a esse desenvolvimento. Em *A organização da fala-em-interação na sala de aula: controle social, reprodução de conhecimento, construção conjunta de conhecimento*, o artigo que encerra este número de *Calidoscópio*, o Professor Pedro M. Garcez mostra como essa organização pode propiciar *o exercício da disciplina e da reprodução de conhecimentos*, em lugar de favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem. Ao analisar registros de interação entre professor e alunos, o autor observa que certos modos de organizar essa interação podem *pôr em prática um projeto político-pedagógico direcionado à inclusão e à construção conjunta de conhecimentos para a formação de cidadãos participantes e críticos*. Na sala de aula convencional predomina uma seqüência previsível, em que o professor pergunta, o aluno responde e o professor avalia a resposta do aluno – resposta que o professor já sabia! É a seqüência IRA (iniciação-resposta-avaliação), já bastante discutida no âmbito da sociolinguística interacional. Nesta organização, o papel do aluno se reduz a reproduzir conhecimento, e o professor perde a oportunidade de aprender com o aluno, de perceber *o que possa haver de inesperadamente legítimo, interessante, novo, informativo, surpreendente, enfim, correto* em sua resposta. Para romper com esse padrão convencional, ao trabalhar com um texto, o professor pode conduzir o trabalho de tal modo que todos reflitam sobre o texto e que a multiplicidade de posições e de avaliações dessas posições possam ser ouvidas, num processo de co-construção do conhecimento de si, dos outros e dos textos.

Antes de finalizar esta apresentação, gostaríamos de agradecer imensamente ao Professor Paulo C. Guedes por seu desprendimento e por ter-se mostrado aberto a esta iniciativa de nossa revista. Quiséríamos ter tido espaço para publicar também seu instigante, porém longo, ensaio, intitulado *Ensinar português é ensinar(-se) a escrever (como a) literatura brasileira*, cuja primeira versão saiu no livro publicado em 1999.

Esperamos estar oferecendo à comunidade acadêmica e profissional, particularmente, das áreas de Letras e Educação, uma contribuição efetiva ao re-equacionamento e à superação de impasses, dúvidas e reiterados questionamentos no ensino da língua materna. Se assim for, terá valido nosso empenho e nosso esforço. Esperamos que o tempo nos diga, pelo trabalho dos textos que aqui foram reunidos e pelo trabalho dos leitores que conosco compartilham a crença na qualificação do ensino pela reflexão crítica e pela formação continuada.

São Leopoldo, março de 2006
Ana Maria Stahl Zilles

